

JUVENTUDE, CIDADANIA E CULTURA CÍVICA

Aluna: Mariana Barroso Gago
Orientadora: Ângela Randolpho Paiva

Introdução

O presente trabalho busca uma reflexão acerca dos conceitos de cidadania e cultura cívica em um segmento específico - a juventude. A pesquisa, em sua fase anterior, aplicou questionários para alunos entre 16 e 18 anos estudantes de escolas das redes pública, particular e pública “de excelência” situadas em três áreas da capital fluminense – Barra da Tijuca, Tijuca e Zona Sul. Nessa ocasião, foi gerado um banco de dados de 1.000 questionários, além de 25 grupos focais realizados nas mesmas escolas. Dentro das várias possibilidades de análise, uma questão que despertou a minha atenção é mais especificamente a percepção desses jovens entrevistados sobre o problema da construção da cidadania no Brasil, quando percebi como esse processo está ligado à desigualdade social e política do país.

Objetivos

O principal objetivo da fase analítica da pesquisa é explorar o vasto banco de dados em conjunto com a parte qualitativa desenvolvida em etapas anteriores. O foco dessa análise são as questões levantadas acerca das impressões dos jovens sobre: a) cidadania no que diz respeito aos direitos e deveres dos cidadãos; b) cultura cívica, mais especificamente as questões do voto facultativo entre 16 e 18 anos, a democracia, confiança nas instituições; e c) participação política no que concerne o envolvimento dos jovens em alguma forma associativa. O propósito da análise é identificar semelhanças e diferenças entre as áreas da cidade pesquisadas, e entre as redes de ensino.

A pesquisa tem como objetivo analisar de que forma os jovens estudantes das redes de ensino da cidade do Rio de Janeiro – pública e particular - percebem a cidadania brasileira. A análise explora temas como direitos, participação cívica e, confiança nas instituições democráticas, medos e opinião sobre questões que estão em debate na sociedade como aborto, racismo, desigualdade social, dentre outros. A preocupação em estudar as redes pública e particular de ensino se faz pertinente por apontar diferenças e semelhanças de visões e de vivências de mundo. Ao realizar esta divisão, tenta-se perceber de que forma estes grupos, que representam de um lado, uma parcela incluída e de outro, uma parcela à margem do acesso aos bens sociais, entendem e experimentam a cidadania.

Metodologia

Em um primeiro momento foi feito um levantamento bibliográfico que servisse de alicerce teórico para tratar dos temas centrais da pesquisa que já estava em andamento – juventude, cultura cívica e cidadania. O segundo passo foi a análise propriamente dita do banco de dados e dos grupos focais com o intuito de selecionar os itens que vão ser analisados. Esses tópicos serão cruzados com outras variáveis tais como rede de ensino, bairro, religião.

Na primeira fase da pesquisa, desenvolveu-se um questionário que contemplasse as indagações acima apresentadas. Este questionário foi aplicado entre 2004 e 2006 contabilizando um *survey* com um total de mil questionários respondidos por jovens alunos com idade entre 16 e 18 anos.

Realizou-se também grupos focais com alunos escolhidos aleatoriamente em 15 escolas particulares e públicas. Essas entrevistas visaram aprofundar as reflexões dos jovens acerca dos temas desenvolvidos mais parcialmente no questionário. Esses dados qualitativos foram importantes para capturar nuances que não ficaram claras nas estatísticas do survey.

No momento, a pesquisa se encontra, justamente, na etapa de análise dos bancos de dados – quantitativos e qualitativos. Alguns resultados já percebidos serão relatados adiante na parte referente à apresentação de conclusões. Entretanto, ainda há muito que explorar, seja para que se esgote a quantidade de variáveis contidas no banco de dados, seja para que se criem novas formas de interpretar as mesmas variáveis, ou ainda alimentar esse banco com novos questionários. Esta será a tarefa que será desempenhada na etapa final desta pesquisa, juntamente com a tentativa de retorno às escolas para apresentação de resultados e de artigos, dissertações de mestrados que se apoiaram no banco de dados.

Referencial teórico

A pesquisa se embasou teoricamente para entrar na discussão dos temas da cidadania e da cultura cívica, seja num debate conceitual, seja numa reflexão aplicada à realidade brasileira. A discussão sobre juventude também é de extrema relevância por ser nosso objeto de estudo, por isso também lhe foi dedicada uma bibliografia específica.

Cidadania e Cultura Cívica:

Em primeiro lugar imaginamos ser importante esclarecer como surge a primeira democracia, regime, que por pressupor igualdade entre seus cidadãos, pode ser considerado o berço do conceito de cidadania. Etimologicamente a palavra democracia significa o poder do povo. Os cidadãos são iguais e decidem direta ou indiretamente questões que lhes são comuns onde são discutidos os assuntos de não são propriedade exclusiva de ninguém, que são, portanto, de todos os que partilham esse espaço, de todos os cidadãos. A primeira experiência democrática conhecida ocorreu na Grécia antiga. Como nos descreve J. Habermas, na Polis grega (cidade) os cidadãos atingem primeiro essa igualdade necessária para a manutenção do regime democrático na esfera pública. O mesmo não ocorre no *oiko* – casa – onde há uma hierarquia, portanto desigualdade, e uma privacidade que não é regulada pelas leis da Polis. Nesse quadro os que eram considerados cidadãos – indivíduos do sexo masculino, não-estrangeiros - gozavam dos direitos.

Tendo em vista esse panorama, Hannah Arendt recusa a idéia de que existam direitos humanos naturais. Segundo ela, é sempre preciso lembrar que os direitos são construídos socialmente, ou seja, são produto de uma determinada organização social. No caso dos gregos exposto acima podemos observar que a igualdade política só é válida para os que têm direito a serem considerados iguais, que na Polis grega é apenas uma parcela restrita da sociedade que não inclui mulheres, crianças e estrangeiros. Para enfatizar a questão da construção da cidadania, construção essa delimitada, na maioria dos casos atualmente, pela Constituição jurídica de um país, a autora descreve a situação dos apátridas. Trata-se de indivíduos que não estão ligados juridicamente a nenhum país. Portanto não têm leis nem deveres a cumprir, mas por outro lado não têm nenhum direito assegurado. Outro autor que tratou da questão da cidadania como uma conquista foi Marshall. O autor faz uma tipologia dos direitos ingleses. Os primeiros direitos, segundo ele, a surgir foram os civis, que são relativos às liberdades individuais.

Em seguida foram os políticos e por último os sociais. Tendo isso em vista, podemos dizer, que desde a democracia grega os direitos humanos são também reguladores de práticas sociais. A conclusão que chegamos é que o “Direito a ter Direitos” seria então o primeiro direito humano para que todos os indivíduos sejam cidadãos pertencentes a algum lugar.

No caso brasileiro, desde a proclamação da República os cidadãos são iguais legalmente falando. No entanto, existe um paradoxo apontado por Bendix que aponta os limites dessa igualdade. Se no plano jurídico todos são iguais, o mesmo não acontece no contexto econômico. Isso gera um dilema moderno da sociedade brasileira já que as camadas menos favorecidas financeiramente são também as que menos têm acesso a esses direitos – principalmente os sociais – constitucionais. Temos então um quadro onde uns são mais iguais do que outros, onde uns são mais cidadãos do que outros. A autora Vera da Silva Telles explora esse dilema social moderno, tratando particularmente do caso brasileiro. Segundo ela é preciso analisar os direitos por um registro que não o constitucional e institucional, mas segundo as práticas sociais para obter um olhar mais qualitativo sobre a questão. Sob essa ótica, a autora aponta como o maior desafio do Estado brasileiro nos próximos anos a construção de uma sociedade que enxerga os direitos – e deveres – como parte de um sistema igualitário e sem privilégios. Esse problema não teria relevância se enxergarmos apenas o que está previsto na Constituição, já que esta igualdade já existe no plano teórico. Com o enfoque nas práticas sociais fica nítido que no Brasil a afirmação da diferença entre os cidadãos só é válida quando se trata de reivindicar um privilégio ou para discriminar negativamente um indivíduo.

Nessa perspectiva se encontra a interpretação de José Murilo de Carvalho em “Os Bestializados”. No texto, o autor explica que vivemos em uma sociedade onde a cidadania é regulada pelo Estado, com uma hierarquia bem definida que é amenizada pelo paternalismo. Em outras palavras, criam-se privilégios mantidos pelo próprio Estado, onde alguns usam de relações pessoais para se beneficiar. Os exemplos estão nos jornais diários. Os casos vão de suborno, nomeação de parentes para cargos públicos, desvio de dinheiro público, entre outros. Estas práticas sociais geram uma desigualdade no acesso aos direitos. É por esta razão que podemos falar de uma cidadania restrita, seletiva, onde uns são mais iguais do que outros e onde uns tem mais direitos a ter direitos do que outros.

Segundo a definição de público e privado de Habermas, a esfera pública é o lugar da igualdade, dos direitos comuns aos cidadãos de uma determinada comunidade política enquanto a privada é o da diferença, onde estão assegurados os direitos individuais. Segundo H. Arendt para que todos tenham acesso à cidadania precisaríamos alcançar o patamar de “esfera social” onde o indivíduo possa participar das tomadas de decisões da esfera pública tendo, de antemão, seus direitos individuais garantidos pelo Estado. Ou seja, o primeiro passo para o acesso sem restrições à cidadania é a garantia da igualdade. É exatamente nesse ponto que se pode encontrar uma possível solução para o dilema posto anteriormente. Para que a distância entre os direitos constitucionalmente assegurados e a realidade social da população seja diminuída uma saída seria o alargamento da esfera pública, reconhecendo novos grupos como portadores de direitos. Esse deveria então ser um movimento constante, já que a sociedade está sempre se modificando, e tendo que lidar com demandas diferentes. Se nos anos 1960 luta por reconhecimento era das mulheres, nos dias atuais é o dos homossexuais, dos portadores de necessidades especiais, por exemplo.

Com o alargamento da “esfera social” poderemos pensar em uma universalização da cidadania que levaria em consideração as diferenças sem gerar

desigualdades. Esse é o grande desafio pelo qual a sociedade brasileira atual ainda deveria passar. Como já havia posto A. de Tocqueville em “A Democracia na América” a igualdade é fundamental para que uma sociedade adquira a sua liberdade e tenha os seus direitos garantidos.

Resultados e conclusões

Perfil da amostra

Antes de apresentar os resultados, achamos interessante mostrar quais são as características da amostra da pesquisa. Do total de escolas temos uma porcentagem de 35% de instituições públicas, 21,3% de escolas públicas de excelência e 43,7% de particulares. A amostra conta também com 50,7% de entrevistadas do sexo feminino e 43,7% do sexo masculino.

O primeiro aspecto interessante para analisar a diferença entre as redes de ensino é a escolaridade dos pais dos alunos. Esse dado revela muito sobre o público que cada escola atende e sobre o capital cultural que cada família oferece ao aluno no auxílio ao decorrer processo de ensino e aprendizagem. Nas escolas públicas convencionais 39,8% dos pais tem apenas até o ensino médio enquanto este número cai pra 15,5% na rede pública de excelência e para 5,6% nas escolas particulares. Mais alarmante ainda é notar que 41,3% dos pais dos alunos da rede pública têm apenas o ensino fundamental enquanto este número é irrelevante nas outras redes de ensino, com 4,2% na rede pública de excelência e com 0,9% na rede particular. A rede pública de excelência, nesse aspecto, se aproxima mais do padrão da rede particular com 79,4% dos pais com alta escolaridade e com apenas 19,7% dos pais com ensino fundamental e médio. Isto revela o tipo de família que frequenta estas escolas, que, mesmo sendo públicas, são mais frequentadas pela classe média.

Escolaridade dos pais

	Rede pública	Rede pública de excelência	Rede particular
Fundamental	41,3	4,2	0,9
Médio	39,8	15,5	5,6
Superior	13,8	48,4	48,5
Pós-graduação	2,0	31,0	44,8
Não estudou	2,6	0,9	0,2
Não respondeu	0,6	-	-
Total	100,0	100,0	100,0

O próximo aspecto mostra uma unidade maior entre os jovens da amostra. Considerando os números totais dos jovens pesquisados a distribuição entre jovens que possuem e que não possuem religião se mostrou da seguinte maneira, conforme tabela

abaixo. Essa tabela é bastante significativa, pois aponta que a grande maioria dos jovens (73,7%) diz ter alguma religião. Isto desmistifica uma impressão às vezes tomada como senso comum de que a falta de religiosidade estaria se tornando cada vez mais freqüente na sociedade, principalmente entre os jovens.

Religiosidade

Você tem religião?	Rede pública	Rede pública de excelência	Rede particular
Sim	81,7	70,9	68,6
Não	18,3	29,1	31,4
Total	100,0	100,0	100,0

No entanto, notamos uma pequena diferença entre as redes pública e particular, que pode ser melhor explorada nas falas dos alunos dos grupos focais.

“Eu acho que, como eles têm uma condição pior, eles se apegam mais à religiosidade, como uma válvula de escape. Como uma esperança de que alguma coisa vai mudar, que a situação vai melhorar.”

(Depoimento de jovem de escola particular).

“Aqui todo mundo já teve alguma relação com alguma religião e sabe que Igreja e Deus são coisas diferentes. A Igreja é uma instituição formada pelo Homem, então não dá pra você depositar todas as suas confianças na Igreja, como fazem as Evangélicas, onde vão as pessoas de baixa renda que ganham 350 reais por mês e que deixam lá um terço do salário delas, é um absurdo: “estou comprando meu pedacinho no céu”. Só que a crença é uma forma de embotar estas pessoas.”

(Depoimento de jovem de escola particular.)

Outra pergunta do questionário aplicado para os jovens que se mostrou relevante para análise desse segmento da juventude carioca é sobre a auto-definição do “ser jovem” no Brasil. Segundo a tabela abaixo, podemos perceber que as duas respostas que percebem a juventude sob uma ótica negativa alegando que é “mais difícil do que em um país desenvolvido” e que “dá muita insegurança” somam 52,5% dos entrevistados.

Ser jovem no Brasil é...

Mais difícil do que em país desenvolvido	23,2
Bom, há muito o que fazer	26,4
Igual em qualquer lugar	15,7
Dá muita insegurança	29,3
Outro	4,2

Não respondeu	1,1
---------------	-----

As explicações para esse resultados puderam ser obtidas através da análise dos dados qualitativos, como podemos ver no depoimento abaixo:

“É uma falta de compromisso com os jovens que o governo adotou, deixando os jovens ao deus dará e só por conta da família. Eu acho que o governo devia investir mais no sistema de educação e dar mais crédito aos jovens.”

(Depoimento de jovem de escola pública)

1) Juventude

Os jovens entrevistados foram questionados a respeito dos medos que sentiam em relação ao futuro. O temor mais relevante foi o medo frente ao mercado de trabalho. Esse dado foi importante para mostrar que, apesar da diferença de realidades entre as redes de ensino, esse é um medo compartilhado por essa juventude. Como podemos observar na tabela abaixo, tanto na rede pública, quanto na rede particular de ensino, a grande maioria dos jovens é inseguro quando se trata do futuro profissional. Essa unidade sugere que a qualidade do ensino não levaria à inserção automática no mercado de trabalho.

Você sente medo em relação ao mercado de trabalho?

	Rede pública	Rede pública de excelência	Rede particular
<u>Sim</u>	69,7	76,1	69,6
<u>Não</u>	30,3	23,9	30,2
<u>Não respondeu</u>	=	=	0,2

“A gente não está preparado pro mercado de trabalho e nem pra entrar na universidade. Não é bom o ensino. Esse ensino é incapaz de levar a gente pra universidade.”

(Depoimento de um jovem de escola pública)

Quando indagados sobre o problema da desigualdade social no Brasil, a juventude também, de certa forma, compartilha de uma mesma opinião. A grande maioria sente um incômodo, não é indiferente ao problema. No entanto, pode-se observar certas nuances entre as redes de ensino. Na rede pública 27, 7% dos alunos se sentem impotentes, 31,1% afirma não saber o que fazer frente ao problema e os que tentam fazer o que está ao seu alcance somam 35,7%. Já na rede pública de excelência 53,5% não sabem o que fazer enquanto na rede particular essa resposta foi a de 46,5% dos estudantes. Na rede particular 42,1% dos alunos disseram tentar fazer o que está ao seu alcance. Essa porcentagem corresponde quase ao dobro se comparada às outras redes de ensino. Esse fenômeno pode ser associado ao fato de que dentro da categoria de escolas particulares muitas realizam trabalhos sociais.

Frente à desigualdade social você acha...

	Rede pública	Rede pública de excelência	Rede particular
Nada, sempre foi assim	5,4	2,8	2,1
Incomoda, mas se sente impotente	27,7	18,3	8,0
Incomoda, mas não sabe o que fazer	31,1	53,5	46,5
Tenta fazer o que está a seu alcance	35,7	23,9	42,1
Não respondeu	-	1,4	1,4

Outro aspecto da vida social que foi bastante explorado nos grupos focais foi a questão racial. Optamos por mostrar apenas trechos das falas dos alunos por acreditar que esses resultados são mais significativos do que os dados quantitativos. Quando perguntados a respeito do preconceito racial no Brasil, percebemos outra semelhança entre as redes de ensino que desmitificam a idéia de democracia racial no país como nas falas abaixo:

“Eu acho que a sociedade é muito hipócrita. Ela diz que não tem [racismo], mas tem sim. Os negros, os escravos subiram o morro e eles ficaram ali desprivilegiados e continuaram na mesma até hoje. De lá pra cá continuou a mesma coisa, só mudou o sistema.”

(Depoimento de jovem de escola pública)

“Eu acho que a sociedade colocou isso que o preto é safado, é ladrão e não presta. Isso se retrata muito em novela. Você não vê uma empregada bonitinha, loirinha de olhos claros. A empregada é sempre negra.”

(Depoimento de jovem de escola particular)

2) Cidadania

Uma parte do questionário foi dedicada a capturar as impressões dos jovens sobre questões relacionadas à cidadania. Uma das perguntas pedia uma definição do que é ser cidadão. O fenômeno mais impressionante constatado nessa pergunta é que 51,7% dos estudantes de escola pública associam cidadania à ilusão ou a ser consumidor.

Ser cidadão é...

	Rede pública	Rede pública de excelência	Rede particular
Exercer cargo político	18,3	0,5	21,7
Participação política e social	17,7	45,1	33,6
Ser consumidor	31,1	8,5	19,0
Ilusão	20,6	2,8	10,1
Ser honesto	7,1	15,0	6,4
Difícil no Brasil	5,1	26,8	8,7
Não respondeu	-	1,4	0,5

Outra disparidade entre as redes de ensino pode ser constatada na tabela abaixo que indaga sobre a consciência dos deveres que os jovens têm. De acordo com as respostas, 20% dos alunos afirma não se importar com os direitos. Essa indiferença e desconhecimento dos direitos e deveres é provada na questão seguinte do questionário. Trata-se de uma questão aberta que pede que os entrevistados citem dois deveres e dois direitos. Em relação aos deveres, os alunos como um todo souberam preencher as duas lacunas. A maior parte das respostas mencionou o voto. Já no que concerne aos direitos, muitos não souberam citar dois direitos. E as respostas se resumiam, em grande parte, a direitos sociais como educação, saúde, e questões mais subjetivas, como respeito, dignidade.

Você tem consciência dos seus deveres?

	Rede pública	Rede pública de excelência	Rede particular
Sim	30,6	34,3	33,2
Um pouco	23,7	57,3	41,0
Não sabe	25,7	6,6	16,0
Não se importa	20,0	1,4	9,8
Não respondeu	-	0,5	

Essa visão da rede pública do voto como um dever fica mais evidente na tabela abaixo:

Considera o voto

	Rede pública	Rede pública de excelência	Rede particular
Um direito importante	38,3	51,2	54,9
Obrigatoriedade é boa	8,6	7,5	7,1
Deveria ser opcional	43,7	30,5	34,3
Não adianta votar	9,1	8,9	2,1
Não respondeu	0,3	1,9	1,6

3) Cultura cívica

Para medir a percepção dos jovens sobre a cultura cívica, os questionamos sobre a confiança nas instituições. Os dois extremos foram a família e os políticos. Mais de 90% dos jovens afirmam ter muita confiança na família enquanto 87,5% tem pouca ou nenhuma confiança nos políticos.

Confiança na família

<u>Muita</u>	90,8
<u>Alguma</u>	6,5
<u>Pouca</u>	1,8
<u>Nenhuma</u>	0,5
<u>Não respondeu</u>	0,4

Confiança nos políticos

Muita	1,0
Alguma	11,5

Pouca	41,3
Nenhuma	46,2
Não respondeu	-

Não consideramos pertinente desagregar os dados das tabelas acima, já que não foram percebidas diferenças significativas entre as redes de ensino. Por outro lado, a confiança na Igreja separa claramente os jovens de escola pública e os da rede pública de excelência e da rede particular, conforme tabela a seguir:

Confiança na Igreja

	Rede pública	Rede pública de excelência	Rede particular
Muita	49,3	19,7	12,8
Alguma	26,1	29,6	31,9
Pouca	17,8	22,1	30,3
Nenhuma	6,3	27,2	23,9
Não respondeu	0,6	1,4	1,1

A avaliação da política enquanto instituição mostrou uma unidade entre as redes de ensino, muito descrentes da eficiência desses profissionais. Em média, 50% dos jovens – sem distinção de redes de ensino – acreditam que a política serve aos interesses pessoais dos políticos.

Avaliação da política

	Rede pública	Rede pública de excelência	Rede particular
Serve aos interesses pessoais dos políticos	55,7	55,9	44,9
A maioria é eficiente	11,7	0,9	5,9
A maioria é demagoga	24,3	26,3	26,1

Cada sociedade tem os políticos que merece	8,0	7,5	9,6
Outro	0,3	8,5	12,1
Não respondeu	-	0,9	-

Esse sentimento pode ser melhor observado no diálogo de um grupo focal realizado em uma escola da rede pública de excelência.

- *digamos: tem uma cara de direita e outro de esquerda. Eles se elegem, a gente crente que vai mudar, que vai fazer e acontecer e não acontece nada! (...) Não tem diferença de partido. Eles estão preocupados com eles mesmos, em ganhar dinheiro, ir lá fazer a campanha dele e ir embora, só pra continuar no poder.*
- *- E até o cara que tem uma visão correta, se chega lá, os outros tratam de desembarcar o cara.*
- *- Eu acho que não são todos os políticos que são corruptos. Os melhores não conseguem convencer o povo.*
- *- Bom, eu não tenho confiança na política, mas sabe por quê? Há pouco tempo teve um noticiário na TV: milhões de brasileiros sobrevivem com salário mínimo. Depois eu pego o jornal pra ler e ta lá: aumento do salário mínimo é barrado pelo Congresso. Pô, eles ganham os maiores salários do Brasil, não têm do que reclamar, não tão fazendo nada do que devem fazer e ainda querem roubar o dinheiro do nosso país? A gente não tem educação, não tem saúde, como é que a gente vai confiar neles?*
- *- As pessoas estão mais individualistas e o cara ele quer o cargo, mas aquele cargo foi feito pra beneficiar a população de uma forma geral, mas ele não pensa nisso, ele vê o cargo como uma forma de se beneficiar, ele vai ganhar dinheiro, não importa o partido.*

Considerações finais

As informações descritas acima oferecem uma boa noção sobre o perfil dos jovens pesquisados e sobre algumas outras questões relevantes ligadas ao debate da cultura cívica. Até este momento da análise, pode-se dizer que a participação dos jovens na vida associativa é baixa, principalmente porque eles parecem não estar habituados às práticas de organização coletiva democrática. Os alunos se demonstram bastante incomodados e com vontade e força para a ação transformadora. Entretanto, parece que a dificuldade encontrada por eles é conseguir dar vazão às suas inquietações através de canais e instituições que lhes sejam confiáveis e que lhes façam sentido. Por isso, ao analisarmos o quanto os jovens confiam em determinadas instituições, pudemos perceber que é nas instituições relativas às suas vidas pessoais que eles mais confiam as instituições que representam a esfera pública são vistas de forma bastante negativa, com exceção das ONGs, que, mesmo servindo ao interesse público, é mais um canal alternativo de ação, como um canal da sociedade civil.

Enfim, embora ainda existam inúmeras análises a serem feitas, terminaremos aqui esta primeira etapa de análise dos resultados da pesquisa. Vale lembrar que o banco de dados de que dispomos nos fornecerá subsídios para desenvolvermos análises futuras que serão apresentadas após o trabalho que se completará no próximo ano da pesquisa.

Referências bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1990.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero Ltda, 1983.

CARVALHO, J.M. A Construção da Cidadania. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1993.

HABERMANS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984a.

LAFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo: Cia Letras, 1991.

MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NOVAES, R. C. R. (Org.) ; PORTO, M. (Org.) ; HENRIQUES, R. (Org.) . Juventude, Cultura e Cidadania. Rio de Janeiro: ISER, 2002.

_____. ; CUNHA, C. V. . A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: Andrés A. Thompson. (Org.). Associando-se à Juventude para construir o futuro. São Paulo: Peirópolis, 2006, v. , p. 107-148.

_____. Juventude e Políticas Públicas: o que há de novo? Juventude.br, São Paulo, v. vol 1, n. ano 1, p. 55-56, 2006.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1997.

REIS, Elisa. Elites Agrárias, State Building e autoritarismo. Dados, 3, 1982.

SANTOS, W. G. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: EdUFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. Democracia na América. São Paulo: Edusp, 1989.